

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 520.429 - SC (2019/0199065-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : JEAN CARLOS DIAS
ADVOGADO : JEAN CARLOS DIAS - SC048947
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : GUSTAVO HENRIQUE DIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de **GUSTAVO HENRIQUE DIAS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Depreende-se da inicial que o d. Juízo da Execução autorizou a saída antecipada do paciente para prisão domiciliar monitorada, em razão da suposta inexistência de local adequado ao cumprimento do regime semiaberto no Presídio Regional de Joinville/SC (fls. 13-36).

Irresignado, o d. Ministério Público estadual interpôs agravo em execução, ao qual foi dado **provimento**, nos termos do v. acórdão de fls. 50-58, assim ementado:

"PROCESSO PENAL. EXECUÇÃO CRIMINAL. RECURSO DE AGRAVO. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECISÃO QUE CONCEDE SAÍDA ANTECIPADA EM FORMA DE PRISÃO DOMICILIAR AO CONDENADO SUBMETIDO AO REGIME SEMIABERTO, COM FUNDAMENTO NA SÚMULA VINCULANTE 56 DO STF. DECISÃO REFORMADA. NECESSIDADE DE ESGOTAR OS MEIOS ADMINISTRATIVOS ANTES DA CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa, ora impetrante, reitera a alegação de que o paciente encontra-se em local

Superior Tribunal de Justiça

inadequado para o cumprimento de pena no regime semiaberto, o que determina que lhe seja concedida a prisão domiciliar, nos termos do entendimento lançado no RE n. 641.320/STF e da Súmula Vinculante n. 56/STF.

Sustenta que *"os presos dos referidos regimes estão sendo mantidos nos mesmos estabelecimentos que os presos em regime fechado e provisórios. Essa situação está a violar duas garantias constitucionais da mais alta relevância: a individualização da pena (art. 5º, XLVI) e; a legalidade (art. 5º, XXXIX)"* (fl. 5).

Aduz, ainda, que *"O fato de o paciente continuar cumprindo pena em Presídio, não atende o disposto na LEP muito menos o entendimento adotado pelo STF."* (fl.6).

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, para que seja restabelecida a d. decisão do d. Juízo da Execução, garantindo a prisão domiciliar ao paciente, em razão na inexistência de estabelecimento adequado ao cumprimento do regime semiaberto. No mérito, a confirmação da liminar, com a ordem definitiva.

Pedido liminar **indeferido**, à fl. 115. Informações, às fls. 117-165.

O d. Ministério Público Federal opinou pelo **não conhecimento do writ ou, se conhecido, pela denegação da ordem**, em r. parecer de fls. 170-173, assim ementado:

"HABEAS CORPUS IMPETRADO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE DROGAS. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE CONDENADO AO REGIME SEMIABERTO. PLEITO DE CUMPRIMENTO DA PENA EM PRISÃO DOMICILIAR ANTE A INEXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO COMPATÍVEL COM O REGIME IMPOSTO. OFENSA À SÚMULA VINCULANTE 56 DO STF. NÃO OCORRÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. CASO ULTRAPASSADO O JUÍZO DE PRELIBAÇÃO, NO MÉRITO, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM."

Superior Tribunal de Justiça

Ofício do col. Supremo Tribunal Federal, às 177-183, no qual a ordem definitiva foi concedida pelo Em. Min. GILMAR MENDES, antes do julgamento por este Tribunal Superior.

Manifestação do d. Ministério Público Federal, às fls. 190-193, pela prejudicialidade da impetração, nos termos de sua ementa:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REGIME SEMIABERTO. AUSÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO COMPATÍVEL. DECISÃO DO COLENDO STF QUE CONCEDEU A ORDEM EM WRIT ALI IMPETRADO. TRÂNSITO EM JULGADO. WRIT PREJUDICADO."

É o relatório. **Decido.**

Segundo informações prestadas pelo col. Supremo Tribunal Federal (fls. 177-183), o quadro fático apresentado neste **writ** teve drástica mudança pelo proferimento de decisão superveniente concessiva da ordem.

Nestes termos, o r. parecer ministerial (fls. 192-193): "[...]a presente impetração perdeu seu objeto. Conforme a comunicação enviada pelo Colendo STF, verifica-se que, em 10.09.2019, o Em. Ministro Relator Gilmar Mendes concedeu a ordem no Habeas Corpus nº 175278/SC, para 'determinar ao Juízo de primeiro grau e ao Secretário de Justiça do Estado que, no prazo máximo de dez dias seguidos, insiram o reclamante no regime semiaberto e, na sua falta, no regime aberto, sob pena de responsabilidade da autoridade penitenciária responsável' (g.n.), tendo ocorrido o trânsito em julgado do decisum em 17.09.2019. Forçoso concluir, portanto, que [...] a ordem deferida pelo Supremo Tribunal Federal resulta na prejudicialidade de seu exame nesta via."

Ante o exposto, julgo **prejudicado** o presente **habeas corpus**, em razão da perda superveniente do objeto (art. 209 do RISTJ).

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator

